

Acordo externo vira prioridade e alegra credor

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

10 MAI 1987

○ anúncio do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, em seu discurso de posse, no último dia 29, de que o reequilíbrio das contas externas é prioritário assustou o PMDB e agradou em cheio os credores externos. A minidesvalorização cambial do dia seguinte à posse de 8,49% reafirmou a prioridade de Bresser Pereira, na rota do superávit comercial de US\$ 8 bilhões.

Bresser Pereira rompe com a posição de enfrentamento com os credores, adotada pelo seu antecessor, Dilson Funaro, e que culminou com a moratória parcial da dívida a 20 de fevereiro último. A escolha de Fernando Milliet de Oliveira para a presidência do Banco Central e a continuidade de Antônio de Pádua Seixas na diretoria para assuntos da dívida externa do BC, ambos com larga vivência da crise externa na direção do Banespa, também representam uma guinada para a ortodoxia no relacionamento com os credores.

O próprio ministro enfatizou que quer a retomada imediata do diálogo com os banqueiros e está disposto a apresentar à comunidade financeira internacional o exigido programa econômico de austeridade. Não se fala mais em impedir o sacrifício do crescimento. Pelo contrário, Bresser Pereira antecipou o corte da meta de crescimento econômico pela metade. O ajustamento da economia passa pela redução da meta de crescimento de 6 a 7% para 3 a 3,5%, este ano.

O PMDB tenta acomodar as inquietações de amplo segmento do partido, que teme a política de austeridade de Bresser Pereira, a servir de base para "o acordo possível e necessário com os credores". Para corroborar o temor da ala peemedebista contrária aos ajustes internos negociados com os credores, até o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, crítico da cartilha do PMDB, saiu com elogios quase entusiásticos às diretrizes iniciais do ministro da Fazenda.

Simonsen destacou do discurso de Bresser Pereira pontos básicos que o PMDB sempre questionou: crescimento moderado, juros reais positivos, tarifas públicas realistas, recuperação do superávit comercial e menor presença do Estado na economia. Em suma, o ministro prega juros reais para desaquecer o consumo e a economia, o que, por sua vez, resulta em recuperação do superávit comercial; o Estado deve intervir menos e cobrar tarifas reais, mesmo

à custa de maior impacto inflacionário.

O desaquecimento interno e a minidesvalorização do cruzado fazem parte da estratégia que confere prioridade ao setor externo, com a sinalização aos credores de que o País quer recuperar a balança comercial, com mais exportações e menos importações, para retomar o pagamento dos juros da dívida. Para segundo plano ficam a contenção do processo inflacionário, o aumento da oferta de emprego e a distribuição de renda, bandeiras históricas do PMDB.

A austeridade fiscal e monetária prenuncia até aumento dos juros reais, conforme apontou o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Antônio de Pádua Rocha Diniz. Em razão da safra agrícola recorde, do faturamento dos bancos e dos efeitos residuais da manutenção do gatilho salarial sobre as vendas do comércio, a equipe de Bresser Pereira não faz o menor esforço para esconder que uma hipótese realista é a de crescimento industrial zero, para o restante do ano, dentro dos planos de fazer a economia como um todo crescer 3%.

As próximas duas semanas darão o esboço da extensão da austeridade da política econômica de Bresser Pereira para reabrir o diálogo com os credores. O acordo formal para o monitoramento da economia brasileira pelo FMI continua descartado. Mas nada impede que, nos bastidores, o Brasil se entenda com o FMI para chegar ao chamado acordo informal.

Com a chegada do chefe da missão do FMI, na próxima terça-feira, em Brasília, o ministro poderá encaminhar, através de Thomas Reichmann, sinais claros da mudança de rumo da economia brasileira. Ao contrário de Funaro, Bresser Pereira recebeu, antes mesmo de assumir a Fazenda, a missão do Banco Mundial, o que apontou a pressa do ministro de normalizar as relações com a comunidade financeira internacional.

Não será surpresa se o sinal verde do FMI à política econômica brasileira, traçada por Bresser Pereira, vier acompanhado do desembolso de US\$ 2 bilhões de financiamentos do Banco Mundial. E tudo o que os banqueiros internacionais querem para discutir o reescalonamento da dívida brasileira. Resta saber se o PMDB e outros segmentos da sociedade aceitarão a perpetuação das condições de renegociação da dívida quase que idênticas às existentes antes de Funaro.